

**Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados**  
Centro de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca  
<http://bd.camara.gov.br>

"Dissemina os documentos digitais de interesse da atividade legislativa e da sociedade."



# **LEVANTAMENTO SOBRE CRIANÇAS EM SITUAÇÕES DE RISCO NO BRASIL**

***Renata Baars***

Consultora Legislativa da Área XXI  
Previdência e Direito Previdenciário

**ESTUDO**

**JULHO/2009**



Câmara dos Deputados  
Praça 3 Poderes  
Consultoria Legislativa  
Anexo III - Térreo  
Brasília - DF



## **SUMÁRIO**

INTRODUÇÃO.....	3
I – ABANDONO.....	4
II – TRABALHO .....	8
II.1 – Trabalho Infantil.....	8
II.2 – Afazeres Domésticos.....	10
III – EXPLORAÇÃO SEXUAL.....	11
IV – SAÚDE .....	13
CONCLUSÃO.....	15
BIBLIOGRAFIA.....	16

© 2009 Câmara dos Deputados.

Todos os direitos reservados. Este trabalho poderá ser reproduzido ou transmitido na íntegra, desde que citadas a autora e a Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados. São vedadas a venda, a reprodução parcial e a tradução, sem autorização prévia por escrito da Câmara dos Deputados.

Este trabalho é de inteira responsabilidade de sua autora, não representando necessariamente a opinião da Câmara dos Deputados.

## **LEVANTAMENTO SOBRE CRIANÇAS EM SITUAÇÕES DE RISCO NO BRASIL**

*Renata Baars*

### **INTRODUÇÃO**

---

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, instituído por meio da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, representa um grande avanço para a proteção das crianças e adolescentes em nosso país. É necessário, no entanto, que se avance na aplicação da norma, por meio da implantação das políticas públicas necessárias para que esse vulnerável grupo possa efetivamente exercer seus direitos.

Não obstante os 19 anos do ECA, e mesmo com a implantação dos conselhos tutelares em mais de 90% dos Municípios brasileiros, são constantes os casos de violência, abuso, exploração e maus tratos de crianças e adolescentes em nosso país.

O presente estudo apresenta alguns dados referentes às situações de vulnerabilidade de crianças e adolescentes no Brasil, com o intuito de alertar para a grave situação desse grupo, e para que o Poder Público priorize políticas necessárias para reduzir as ameaças e as violações de seus direitos.

Segundo SIERRA (2006), o conceito de vulnerabilidade remete à idéia de fragilidade e de dependência, e são os seguintes fatores de vulnerabilidades das crianças e adolescentes:

- “• os riscos inerentes à dinâmica familiar: são os problemas relacionados ao alcoolismo, aos conflitos entre casais que fazem da criança a testemunha de ofensas e agressões; enfim, toda forma de violência doméstica, traumas, abusos sexuais, carências afetivas, etc.;

- os riscos relacionados ao lugar de moradia: a precariedade da oferta de instituições e serviços públicos, a disponibilidade dos espaços destinados ao lazer, as relações de vizinhança, a proximidade da localização dos pontos de venda controlados pelo tráfico de drogas;
- os riscos relacionados à forma de repressão policial às atividades do tráfico de drogas e a violência urbana;
- o risco do trabalho realizado pelas instituições que os recebem: constituem os abusos praticados por profissionais, que são encobertos por uma estratégia de funcionamento que exclui a participação social;
- os riscos à saúde: compreende a ausência de um trabalho de prevenção e o acesso ao atendimento médico e hospitalar;
- os riscos do trabalho infantil: muitas são as crianças exploradas até pela própria família, trabalhando na informalidade;
- o risco da exploração da prostituição infantil: crianças provenientes de famílias pobres que se prostituem por dinheiro;
- os riscos inerentes à própria criança ou adolescente: a sua personalidade e seu comportamento podem torná-los mais vulneráveis aos riscos do envolvimento com drogas, da gravidez precoce, da prática do roubo, furto, etc.”

No presente estudo foram selecionados os seguintes fatores de risco para apresentação de levantamento: abandono, trabalho infantil, exploração sexual e saúde.

## **I – ABANDONO**

---

Não foram localizados dados oficiais que indiquem o total de crianças em situações de abandono no país. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, está em fase de realização do Levantamento Nacional de Crianças e Adolescentes em Serviços de Acolhimento.

A primeira etapa desse levantamento é a identificação da rede de abrigos e programas de famílias acolhedoras, por meio de formulário eletrônico a ser preenchido por gestores estaduais e municipais que deverão informar os serviços destinados ao acolhimento de

crianças e adolescentes vítimas de abandono ou que, por medida de proteção, tenham sido afastados da família de origem e acolhidos nesses serviços. Após a identificação dos serviços de acolhimento, serão realizadas visitas aos abrigos e programas de famílias acolhedoras para coleta de informações relativas a crianças e instituições.

Somente a partir do referido levantamento, é que se poderá ter uma visão completa da quantidade de crianças e adolescentes nos abrigos e a situação em que se encontram. Existe, no entanto, uma pesquisa realizada pelo Instituto Nacional de Pesquisa Aplicada – IPEA, em parceria com outras instituições governamentais, de 2003, que embora tenha informações importantes, está restrita aos abrigos então pertencentes à Rede de Serviços de Ação Continuada – REDE SAC /Abrigos, que recebiam cofinanciamento do Governo Federal.

De acordo com o levantamento, os abrigos contemplados pela Rede SAC representavam apenas 17,5% do total de abrigos no município de São Paulo, 22% em Porto Alegre e 15,8% no Rio de Janeiro. Em relação ao número de municípios, apenas 327 contavam com algum abrigo pertencente à Rede SAC, o correspondente a 5,9% do total de municípios.

De qualquer forma, a pesquisa fornece informações importantes para que se tenha um retrato do abrigamento no país. Os abrigos pesquisados, no total de 589, atendem cerca de 20 mil crianças e adolescentes. A maior parte está concentrada na região sudeste, que responde por 49,1% dos abrigos do levantamento e contempla 45% do total de crianças atendidas.

#### **Total de Crianças e de Abrigos da Rede SAC**

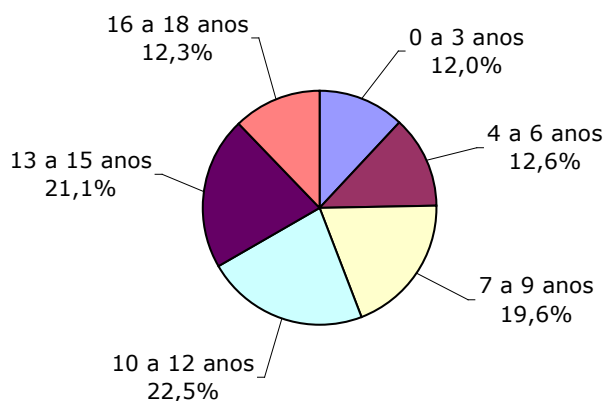
<b>Região</b>	<b>Nº Crianças Atendidas</b>		<b>Nº de Abrigos</b>	
	<b>Qtde</b>	<b>% do Total</b>	<b>Qtde</b>	<b>% do Total</b>
Norte	370	1,9	25	4,2
Nordeste	5.693	29,4	112	19,0
Sudeste	8.716	45,0	289	49,1
Sul	3.008	15,5	122	20,7
Centro-oeste	1.586	8,2	41	7,0
<b>Total</b>	<b>19.373</b>	<b>100,0</b>	<b>589</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IPEA/DISOC (2003). Levantamento Nacional dos Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede SAC.

A maioria dos abrigados são do sexo masculino (58,5%), afrodescendentes (63,6%) e têm entre 7 e 15 anos (61,3%). Em relação à educação, constata-se que 66,8% das crianças entre 0 e 6 anos frequentam creche e 97,1% dos que têm entre 7 e 18 anos vão à escola. Por outro lado, registra-se que o percentual de analfabetos entre os adolescentes de 15 a 18 anos é alto: 19,2%.

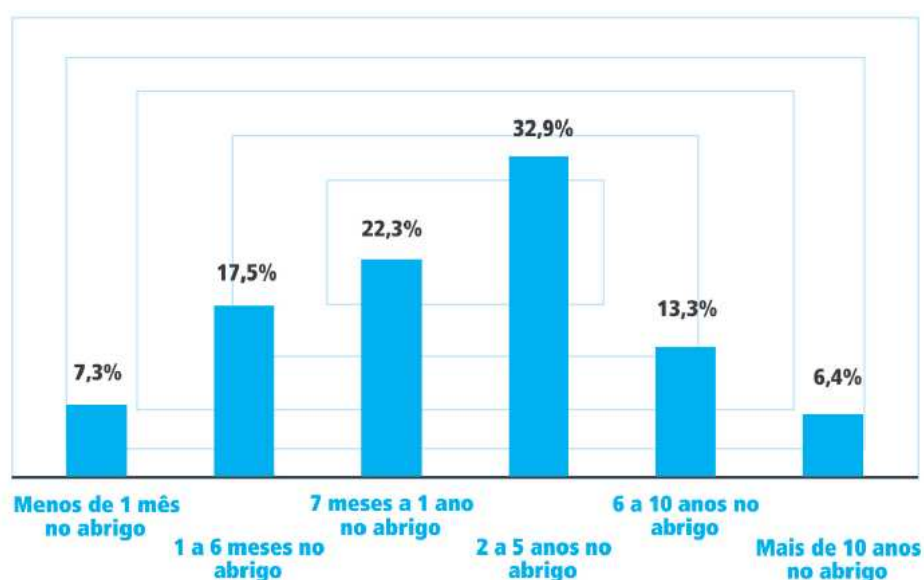
Quanto à idade, na época de realização da pesquisa, a maior parte tinha entre 10 a 12 anos, grupo que respondia por 22,5% dos abrigados. O gráfico a seguir indica a distribuição percentual por grupo de idade. O grupo de adolescentes de 13 a 15 anos também era numeroso, com 21,1% do total de abrigados.

#### **Distribuição dos Abrigados por Grupo de Idade**



Mais da metade, 52,9% das crianças e adolescentes, permanece no abrigo por período superior a 1 ano. Percebe-se maior concentração no período de 2 a 5 anos no abrigo, que corresponde a 32,9% dos casos.

### Proporção de Crianças e Adolescentes, segundo o Tempo de Abrigamento



Obs: Gráfico extraído da publicação “O Direito à Convivência Familiar e Comunitária : os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil”.

O levantamento realizado demonstrou que 86,7% dos abrigados têm família, sendo que 58,2% mantêm vínculos familiares. Entre os principais motivos do abrigamento das crianças e dos adolescente tem-se:

- carência de recursos materiais da família: 24,1%
- abandono pelos pais ou responsáveis: 18,8%
- violência doméstica: 11,6%
- dependência química de pais ou responsáveis: 11,3%
- vivência de rua: 7,0%
- orfandade: 5,2%
- prisão dos pais ou responsáveis: 3,5%
- abuso sexual praticado pelos pais ou responsáveis: 3,3%

Por fim, em relação à situação dos abrigos pertencentes à rede SAC, identificou-se que estão em boas condições quando comparada à realidade do país, e que 64,2% estava com a lotação abaixo da capacidade de atendimento.



## **II – TRABALHO**

Apresenta-se dados relacionados ao trabalho de crianças e adolescentes, divididos em dois tópicos: trabalho infantil e desempenho de afazeres domésticos. Embora esse último não represente de fato uma violação ao direito da criança e do adolescente, dependendo do número de horas que a criança se dedicar a esses afazeres, há influência na sua capacidade de estudo e nas horas necessárias de lazer, direito de toda criança.

Os dados apresentados neste capítulo foram extraídos do Suplemento Aspectos Complementares de Educação, Afazeres Domésticos e Trabalho Infantil, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, de 2006, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

### **II.1 – Trabalho Infantil**

Em 2006, a população brasileira contava com 30,9 milhões de crianças entre 5 a 13 anos, das quais 4,5% estavam trabalhando, ou seja, 1,4 milhão de crianças. Entre os adolescentes de 14 a 15 anos, 19% também estavam trabalhando, ou seja, 1,3 milhão de pessoas. Ao todo perfaziam 2,7 milhões de crianças e adolescentes explorados ilegalmente, uma vez que a legislação permite o trabalho somente a partir dos 16 anos de idade.

#### **Quantidade e Percentual de Pessoas de 5 a 17 anos por condição de ocupação na semana de referência por grupo de idade**

Faixa de Idade	Pessoas Ocupadas		Não Ocupadas	Total
	Milhares	% do Total		
5 a 13 anos	1 405	4,5%	29 573	30 979
14 ou 15 anos	1 312	19,0%	5 590	6 903
16 ou 17 anos	2 419	34,7%	4 560	6 979
<b>Total</b>	<b>5 137</b>	<b>11,5%</b>	<b>39 724</b>	<b>44 861</b>

Fonte: Suplemento Aspectos Complementares de Educação, Afazeres Domésticos e Trabalho Infantil. PNAD 2006. IBGE.

O percentual de crianças (5 a 13 anos de idade) trabalhando é mais alto nas regiões nordeste e norte, atingindo, respectivamente, 7,3% e 6,1% dessa faixa etária. O sudeste é a região que apresenta menor índice de trabalho infantil, de 2,1%.

**Percentual de Pessoas de 5 a 17 anos ocupadas na semana de referência por grupo de idade e região**

<b>Grupo de Idade</b>	<b>Brasil</b>	<b>Norte</b>	<b>Nordeste</b>	<b>Sudeste</b>	<b>Sul</b>	<b>Centro-Oeste</b>
5 a 13 anos	4,5%	6,1%	7,3%	2,1%	5,2%	2,7%
14 ou 15 anos	19,0%	21,3%	24,4%	12,6%	24,3%	17,7%
16 ou 17 anos	34,7%	33,8%	36,1%	31,7%	40,7%	34,2%
<b>Total</b>	<b>11,5%</b>	<b>12,4%</b>	<b>14,4%</b>	<b>8,4%</b>	<b>13,6%</b>	<b>9,9%</b>

Fonte: Suplemento Aspectos Complementares de Educação, Afazeres Domésticos e Trabalho Infantil. PNAD 2006. IBGE.

O levantamento realizado indicou que 81% das crianças e adolescentes que trabalham frequentam a escola. Entre as crianças de 5 a 13 anos, esse índice alcança 95,5% e entre os adolescentes de 14 a 17 anos, 75,5%. Dessa forma, depreende-se que o trabalho, no que tange à frequência escolar, prejudica mais os jovens do que as crianças. Embora a maior parte mantenha os estudos concomitante com o trabalho, o fato é que terão tempo quase nulo para os estudos complementares em casa.

Um dos fatos mais graves em relação ao trabalho infantil, está na ocorrência dos acidentes. No Brasil, 5% das crianças e adolescentes entre 5 a 17 anos que estavam trabalhando, sofreram alguma doença ou machucado devido ao trabalho principal, com incidência superior na região nordeste, onde essas ocorrências atingem cerca de 7% desse grupo.

**Percentual de Pessoas de 5 a 17 anos ocupadas, segundo ocorrência de doença ou machucado devido ao trabalho principal, no período de referência de 365 dias**

<b>Grupos de idade</b>	<b>Brasil</b>	<b>Norte</b>	<b>Nordeste</b>	<b>Sudeste</b>	<b>Sul</b>	<b>Centro-Oeste</b>
<b>5 a 13 anos</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>
Tiveram	5,2%	6,0%	6,8%	3,0%	2,8%	2,1%
Não tiveram	94,7%	94,0%	93,2%	97,0%	97,0%	97,9%
Sem declaração	0,0%	-	-	-	0,3%	-
<b>14 a 17 anos</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>
Tiveram	5,4%	4,9%	7,3%	4,0%	4,8%	4,1%
Não tiveram	94,6%	95,1%	92,7%	96,0%	95,2%	95,9%
Sem declaração	-	-	-	-	-	-

Fonte: Suplemento Aspectos Complementares de Educação, Afazeres Domésticos e Trabalho Infantil. PNAD 2006. IBGE.

## II.2 – Afazeres Domésticos

Entre as crianças de 5 a 13 anos de idade, constata-se que 40,9% exerciam afazeres domésticos. Entre os adolescentes de 14 a 17 anos, esse índice alcança cerca de 68%.

### Pessoas de 5 a 17 anos de idade por exercício de afazeres domésticos na semana de referência e grupos de idade

Grupo de Idade	Exerciam afazeres domésticos		Não exerciam afazeres domésticos		Total de Pessoas - Milhares
	Milhares	% Total	Milhares	% Total	
5 a 13 anos	12 656	40,9%	18 319	59,1%	30 975
14 ou 15 anos	4 749	68,8%	2 152	31,2%	6 902
16 ou 17 anos	4 740	67,9%	2 239	32,1%	6 979
<b>Total</b>	<b>22 145</b>	<b>49,4%</b>	<b>22 710</b>	<b>50,6%</b>	<b>44 856</b>

Fonte: Suplemento Aspectos Complementares de Educação, Afazeres Domésticos e Trabalho Infantil. PNAD 2006. IBGE.

Desde que exercido de forma moderada, os afazeres domésticos não prejudicam a educação das crianças, ao contrário, fazem parte do processo educacional para a vida. Na tabela abaixo, apresenta-se o número médio de horas dedicadas aos afazeres domésticos.

### Número médio de horas habitualmente dedicadas por semana a afazeres domésticos das pessoas de 5 a 17 anos de idade por sexo e grupos de idade

Quantidade de Horas	Total	Sexo		Grupos de idade	
		Homens	Mulheres	5 a 13 anos	14 a 17 anos
Horas por Semana	10,4	7,5	12,2	8,2	13,5
Horas por Dia	1,5	1,1	1,7	1,2	1,9

Fonte: Suplemento Aspectos Complementares de Educação, Afazeres Domésticos e Trabalho Infantil. PNAD 2006. IBGE.

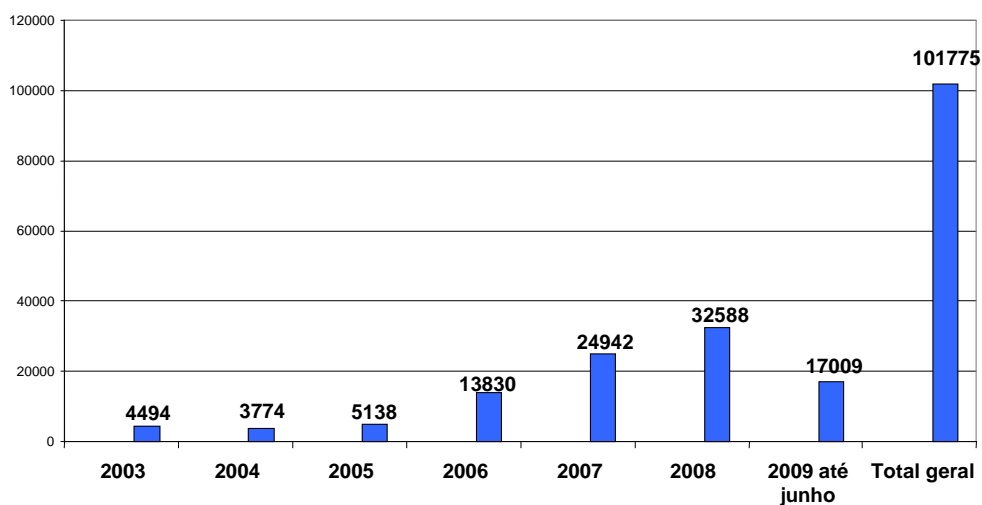
Não há como extrair uma conclusão acerca da intensidade do exercício dos afazeres domésticos: é muito 1,2 horas por dia para uma criança? Depende do trabalho exercido. E para um adolescente auxiliar em casa por cerca de 2 horas dia, o que isso representa? Certamente o ideal seria que se dedicassem integralmente aos estudos, mas no caso de pais que trabalham fora, a ajuda nos afazeres domésticos é necessária.

### **III – EXPLORAÇÃO SEXUAL**

Segundo informação apresentada no II Congresso Mundial contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, realizado no Japão em 2001, estimava-se em 100 mil as crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual no Brasil.

Não há dados oficiais que indiquem a quantidade de casos de exploração sexual contra crianças e adolescentes. No entanto, pode-se ter um parâmetro a partir das denúncias apresentadas no Disque Denúncia Nacional de Abuso e Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes – 100, onde, desde sua implantação em 2003 até junho de 2009, foram registradas 101,7 mil denúncias.

**Total de Denúncias de Abuso e Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes**

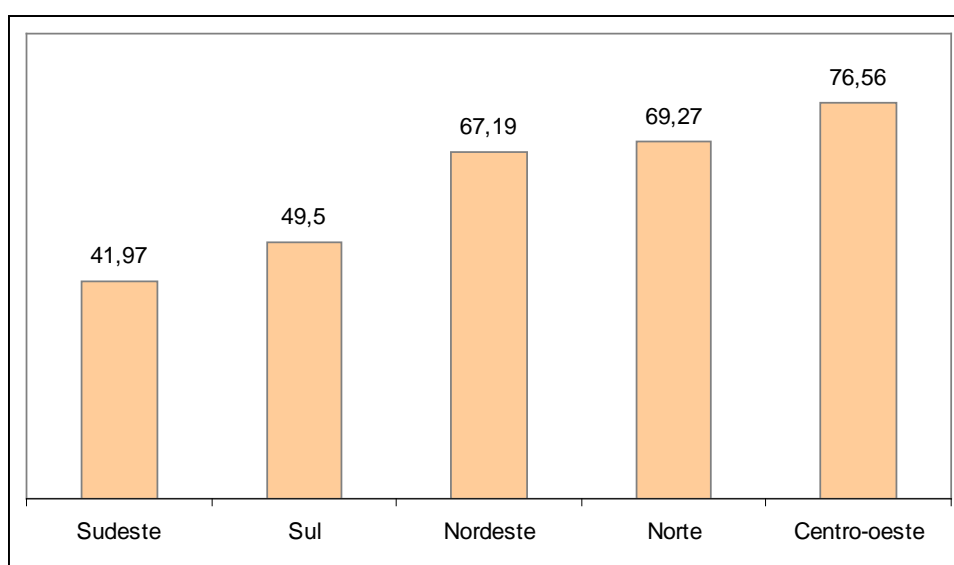


Fonte: Gráfico extraído do Relatório Geral do Disque Denúncia da Secretaria Especial de Direitos Humanos – SEDH da Presidência da República de Junho de 2009.

A maior parte das denúncias refere-se à negligência, com 35% dos casos, seguido de violência física e psicológica com 34%. Os casos de exploração sexual representam 31% das denúncias.

A região com a maior proporção de denúncias por habitante é a centro-oeste, com 76,5 denúncias a cada 100 mil habitantes. Em seguida, tem-se as regiões norte e nordeste, com índice de 69,2 e 67,1, respectivamente.

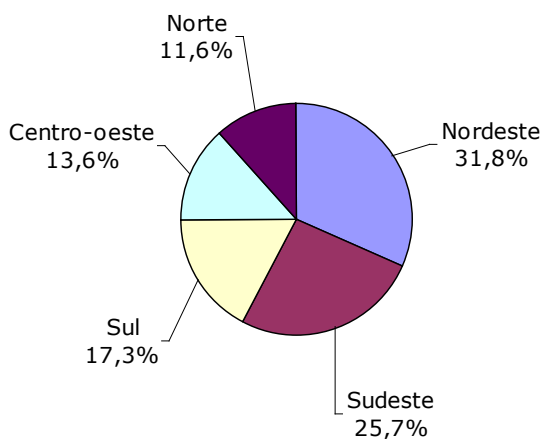
**Denúncias de Abuso e Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes Recebidas por Região por grupo de 100 mil habitantes**



Fonte: Gráfico extraído do Relatório Geral do Disque Denúncia da Secretaria Especial de Direitos Humanos SEDH da Presidência da República de Junho de 2009.

Apresenta-se, ainda, informação acerca da abrangência da exploração sexual nos municípios do país. Em 2005, a Secretaria Especial de Direitos Humanos – SEDH, da Presidência da República, elaborou a Matriz Intersetorial de Enfrentamento da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes, cujo levantamento indicou que são 937 municípios e localidades brasileiras onde ocorrem práticas de exploração sexual comercial infanto-juvenil, distribuídos nas regiões brasileiras, conforme gráfico a seguir.

### Distribuição dos Municípios com Práticas de Exploração Sexual Infanto Juvenil por Região



## IV – SAÚDE

Pela evolução da taxa de mortalidade infantil, conclui-se que aumentaram os cuidados com a saúde da criança. Em 1997, a cada 1000 crianças nascidas vivas, 32 faleciam antes de completar 1 ano de idade. Em 2005, esse número caiu para 21 óbitos.

#### Número de óbitos infantis (menores de 1 ano) por 1.000 nascidos vivos

Ano	Taxa
1997	31,90
1998	30,43
1999	28,37
2000	26,77
2001	25,63
2002	24,34
2003	23,56
2004	22,58
2005	21,17

Fontes: MS/SVS - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos – SINASC e MS/SVS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

Tais resultados foram alcançados pela combinação de diversos fatores: melhora do acompanhamento pré-natal, abrangência das campanhas de vacinação e a melhora dos serviços de saúde. A existência da condicionalidade do Programa Bolsa Família em comprovar o acompanhamento pré-natal para recebimento do benefício é um dos principais

fatores que aumentaram o número de gestantes que buscam esse acompanhamento. Em relação às campanhas de vacinação, cabe destacar que o Brasil é um dos países com maior abrangência, tanto nos tipos de imunização, quanto na população atendida.

Embora tenha havido melhora na oferta dos serviços de saúde, ainda há muito investimento a ser realizado para que a taxa de mortalidade infantil alcance os índices dos países desenvolvidos. A seguir, tem-se tabela com a comparação das taxas de mortalidade de alguns países desenvolvidos e outros da América do Sul. O Brasil está abaixo dos vizinhos Paraguai e Colômbia, com taxas de mortalidade de 19 e 17, respectivamente. Em relação às nações desenvolvidas, percebe-se o quanto temos que melhorar para assegurar maior saúde para as crianças brasileiras. Em Portugal, por exemplo, a taxa é de 3 óbitos de crianças menores de 1 ano a cada 1000 nascidos vivos e Estados Unidos com 7.

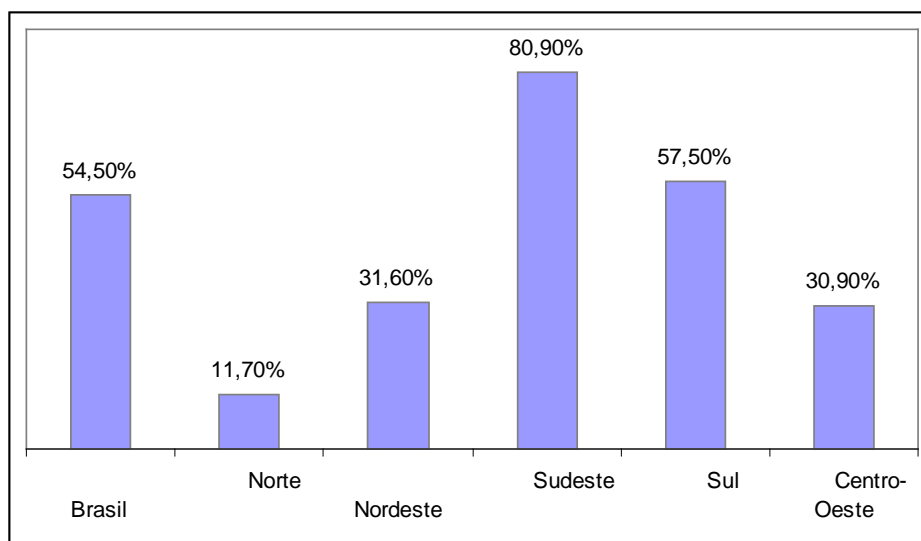
**Número de óbitos infantis (menores de 1 ano) por 1.000 nascidos vivos – Países Selecionados – 2006**

<b>País</b>	<b>Taxa</b>
Paraguai	19
Colômbia	17
Argentina	14
Uruguai	13
Chile	8
Estados Unidos	7
França	4
Espanha	4
Portugal	3

Fonte: Organização Mundial de Saúde.

Por fim, apresenta-se dados relacionados às condições de saneamento existentes nos domicílios em que vivem crianças de 0 a 6 anos de idade. As informações foram extraídas da Síntese de Indicadores Sociais – IBGE 2008, baseada na PNAD 2007. No Brasil, 54,5% dos domicílios com crianças na referida faixa etária possuíam os seguintes serviços de saneamento básico simultaneamente: abastecimento de água por rede geral, esgotamento sanitário por rede geral e lixo coletado diretamente. Nas regiões norte, nordeste e centro-oeste esse índice fica bem abaixo da média nacional, onde a proporção de domicílios com saneamento básico alcançou em 2007, apenas 11,7%, 31,6% e 30,9%, respectivamente.

**Proporção dos Domicílios Particulares Permanentes Urbanos com Crianças de 0 a 6 anos de Idade com Serviços de Saneamento por Região - 2007**



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007.

## **CONCLUSÃO**

O Brasil ainda apresenta altos índices de violação dos direitos das crianças e dos adolescentes, embora os números indiquem tendência de queda. As principais formas de violação identificadas contra esse vulnerável grupo são o abandono, o trabalho precoce e a exploração sexual.

Para ampliar o combate a essas formas de violação é necessário maior esforço do poder público, tanto na repressão desses atos, quanto nas campanhas de conscientização da sociedade para a gravidade da questão. Um mecanismo eficiente que tem dado resultados é a implantação de central de denúncias, a exemplo do Disque Denúncias de Abuso e Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes.

No entanto, mais importante do que identificar os casos é atuar nos seguintes sentidos: (i) punição efetiva contra os violadores, de forma a desestimular novas infrações; (ii) prevenção de novas práticas e (iii) apoio integral às crianças e adolescentes que tiveram seus direitos violados.





## **BIBLIOGRAFIA**

---

COLARES, Maria Carmelita Sampaio. “Poder, Dominação e Violência: Um olhar sobre a exploração sexual comercial de adolescentes”. Universidade Estadual do Ceará - Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade. Fortaleza, 2006.

SILVA, Raul Khairallah de Oliveira. et al. “Experiência: Crianças e Adolescentes Abridados no Estado de São Paulo – Dados de uma Realidade.” Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

SILVA, Enid Rocha Andrade da. (Coord). O Direito à Convivência Familiar e Comunitária : os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil. Brasília : IPEA/CONANDA, 2004.

SIERRA, Vânia Morales; MESQUISTA, Wania Amélia. “Vulnerabilidades e Fatores de Risco na Vida de Crianças e Adolescentes.” São Paulo em Perspectiva, v. 20, n. 1, p. 148-155, jan./mar. 2006.

UNICEF, Brasil. “Crianças de até 6 anos: O Direito à Sobrevivência e ao Desenvolvimento. Situação da Infância Brasileira.” 2006.